



DIREITO PENAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Romeu, 25 anos, estava precisando de dinheiro para realizar uma festa. Por isso, decidiu vender drogas com o fim de conseguir o dinheiro necessário. Assim, na madrugada do dia 20 de janeiro de 2024, Romeu saiu em busca de eventuais compradores, em rua conhecida pelo comércio de entorpecentes. Ocorre que, logo no início da empreitada, e antes que tivesse conseguido realizar muitas vendas, Romeu foi abordado pela polícia. Nessa oportunidade, constataram que Romeu possuía certa quantidade de substância que aparentava ser cocaína, sendo imediatamente encaminhado para a Delegacia. Realizado exame material da substância, identificou-se que Romeu transportava cerca de 35g de cocaína, divididos em 40 pinos plásticos. Finalizadas as oitivas de testemunhas, Romeu permaneceu silente. Ato contínuo, foi lavrado o auto de prisão em flagrante e o feito foi encaminhado a 10ª Promotoria de Justiça da Cidade de Itapetininga/SP que denunciou Romeu pela prática do delito previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 junto ao juízo da 12ª Vara Criminal de Itapetininga/SP. Romeu teve sua liberdade provisória concedida, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas. Após a devida citação e apresentação de sua defesa, foi realizada audiência de instrução e julgamento. Nessa oportunidade, foram ouvidas as testemunhas de acusação, seguidas pelas testemunhas de defesa. Em seu interrogatório, Romeu confessou a prática delituosa e se mostrou muito arrependido. Com a chegada do laudo toxicológico definitivo, o Ministério Público requereu a condenação de Romeu nos exatos termos da denúncia, pugnando pela fixação da pena-base acima do mínimo legal e do regime inicial fechado. Em sede de sentença, o Magistrado condenou Romeu pelo crime do artigo 33 da Lei 11.343/2006, fixando a pena-base no mínimo legal e aplicando a causa de diminuição prevista no artigo 33, §4º da Lei 11.343/2006. A pena final foi fixada em 8 meses de reclusão e pagamento de 150 dias-multa, a ser cumprida em regime aberto. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direito. Romeu e seu advogado foram intimados da sentença e permaneceram inertes durante o transcurso do prazo para recurso. Por outro lado, não contente com a decisão, e considerando o crime muito grave para a saúde pública e paz da sociedade, o Ministério Público interpôs recurso de apelação. Em suas razões, o Ministério Público requereu: o aumento da pena-base, em razão da gravidade do crime de tráfico para a sociedade; o afastamento da causa de diminuição do artigo 33, §4º, a fixação de regime inicial fechado por tratar-se de crime hediondo e o afastamento da substituição da privativa de liberdade por restritivas de direito.

O juiz admitiu o recurso do Membro do *Parquet* e intimou o advogado de Romeu (você) para apresentar a medida cabível. A intimação ocorreu no dia 16 de julho de 2024 (sexta-feira).

Considerando apenas as informações expostas, apresente, na condição de advogado(a) de Romeu, a peça jurídica cabível, diferente do habeas corpus e embargos de declaração, expondo todas as teses cabíveis de

direito material e processual. A peça deverá ser datada no último dia do prazo, devendo segunda a sexta-feira serem considerados dias úteis em todo o país. (Valor: 5,00)

Obs.: o examinando deve abordar todas os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Alicent e Rhaenyra, irmãs gêmeas idênticas nascidas em 2007, estavam muito incomodadas com as atitudes da diretoria de seu grupo de dança que não as estava deixando participar das apresentações artísticas. Assim sendo, em 10 de março de 2024, durante uma apresentação muito importante para o grupo de dança, Alicent e Rhaenyra incendiaram o vestiário feminino. O Ministério Público denunciou as irmãs pela prática do crime previsto no artigo 250 do Código Penal. O juiz recebeu a denúncia em 07 de agosto de 2024 (quarta-feira) e Alicent e Rhaenyra foram citadas em 08 de agosto de 2024 (quinta-feira).

Considerando apenas as informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada:

A) É possível a adoção de alguma medida judicial, diversa de *habeas corpus*? Se sim, qual? Qual o último dia do prazo?

B) Qual a tese de direito material poderá ser alegada, em eventual peça a ser apresentada no item A?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marilda foi denunciada pelo Ministério Público pela prática do crime previsto no artigo 155, *caput*, do Código Penal. Segundo a inicial acusatória, Marilda teria adentrado na loja Mais&Mais e colocado um par de meias cor-de-rosa dentro de sua bolsa. Após, Marilda deixou a loja sem efetuar o pagamento, quando foi abordada por policiais que rondavam a região. A denúncia foi oferecida, indicando o montante de R\$14,00 como prejuízo sofrido pela loja. Marilda procura você, na qualidade de advogado (a) para que a auxilie na defesa. Considerando somente as informações fornecidas pelo enunciado e que a denúncia foi recebida, mas ainda não houve a citação de Marilda, responda de forma fundamentada:

- A) Qual a principal tese de direito material que poderá ser utilizada para a defesa de Marilda, em eventual defesa?
- B) Acatando a tese defensiva, qual deve ser a decisão adotada pelo magistrado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Mário caminhava pela rua quando foi abordado por Matheus que, mediante grave ameaça de morte e utilizando um simulacro de arma de fogo, exigiu que ele entregasse o celular. Minutos depois, Matheus abordou Luigi, da mesma forma e mediante ameaça de arma de fogo e subtraiu seu celular. Após o ocorrido, Mário e Luigi foram à Delegacia e narraram o acontecido, descrevendo as características e vestimentas de Matheus. Cerca de sete horas após os fatos, policiais que rondavam a região dos fatos localizaram Matheus, que tinha todas as características descritas por Mário e Luigi. Nenhum aparelho celular foi encontrado na posse de Matheus, todavia, ele foi encaminhado à Delegacia, momento em que constaram sua reincidência pelo crime de roubo. Mário e Luigi compareceram à delegacia e realizaram o reconhecimento pessoal de Matheus. Matheus foi preso em flagrante e indiciado pela prática do crime do artigo 157 do Código Penal, nas formas do artigo 69 do Código Penal.

Diante disso, Matheus liga para seu advogado para informar sua prisão. O advogado comparece, imediatamente, à delegacia. Considerando apenas as informações narradas, responda:

A) Qual o requerimento a ser realizado, de imediato, diverso de habeas corpus, em busca da liberdade de Matheus? Qual o seu fundamento jurídico?

B) Oferecida a denúncia imputando a Matheus a prática do crime do artigo 157, *caput*, do Código Penal, por duas vezes, nas formas do artigo 69 do mesmo código, qual poderá ser a argumentação apresentada para questionar a capitulação jurídica, em busca de uma punição mais branda?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Após condenação transitada em julgado pelo crime de lesão corporal seguida de morte, Ricardo, primário, iniciou o cumprimento de sua pena em regime inicial semiaberto. Ricardo foi condenado às penas de 06 anos de reclusão e permaneceu preso por 22 meses. Ricardo procura você como advogado(a), pois deseja progredir de regime. Em visita realizada, Ricardo disse que nunca sofreu qualquer procedimento ou punição administrativa. Ocorre que o juiz da execução negou o pedido de progressão, argumentando a inexistência de vagas para o regime pretendido.

Considerando o caso, responda:

- A) Qual o recurso cabível da decisão que negou a progressão de regime de Ricardo?
- B) Existe algum argumento para questionar essa decisão?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

